

TERMO DE REFERÊNCIA

ABRIL/2026

1. OBJETO

1.1 OBJETO

1.2.1 Registro de preços para futura e eventual aquisição dos itens que compõe Kit Pescador Seguro, em cumprimento à Lei Municipal nº 1.966, de 25 de janeiro de 2023, e emenda impositiva para o orçamento de 2026.

1.2 Definição Clara do Objeto

1.2.2 Aquisição dos itens que compõem o chamado "Kit Pescador Seguro", previsto na Lei Municipal nº 1.966/2023, consistentes em botas, conjunto jardineira/macacão de pesca com capa impermeável, boné modelo pescador, camisetas de manga comprida com proteção UVA/UVB, protetor solar e colete salva-vidas, os quais serão licitados e contratados **unitariamente** (por item/unidade), ainda que a legislação os trate de forma conjunta como "kit".

1.2.3 Especificações Técnicas Objetivas

Item	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO DO ITEM NO CATÁLOGO	UNIDADE DE MEDIDA	Quantidade	VALOR UNITÁRIO	Valor Total	INTERVALO MÍNIMO ENTRE LANCES
1	Par de botas impermeáveis de PVC	479979	par	400	49,86	19.944,00	Rubrica: DS
2	Conjunto jardineira e capa modelo pescador	634410	CJTO	400	245,62	R\$ 98.248,00	1,00
3	Boné modelo pescador	624019	UNID.	400	31,49	12.596,00	1,00

4	Camiseta de manga longa UVA/UVB	480883	UNID.	800	44,62	35.696,00	1,00
5	Protetor solar FPS 50	461158	UNID.	400	67,05	26.820,00	1,00
6	Colete salva-vidas homologado	315948	UNID.	400	79,77	31.908,00	1,00

R\$ 225.212,00 (duzentos e vinte e cinco mil duzentos e doze reais)

Tabela 1: especificações técnicas dos itens do Kit Pescador Seguro

Observação: caso haja divergência entre as especificações deste anexo e as do CATMAT — Código do Material/Serviços do Portal de Compras do Governo Federal, prevalecerão as indicadas no Termo de Referência.

1.2.3.1 PERSONALIZAÇÃO

Os itens 1, 2, 3, 4 e 6 deverão ser entregues com personalização do tipo sublimação, contendo a logomarca oficial do Município, sendo vedada a utilização de bordado ou outra forma de aplicação. A arte da logomarca e as especificações necessárias serão fornecidas pela Administração na ocasião da assinatura da ata.

Rubrica:

DS

Rubrica:

MS

1.2.4 Imagens ilustrativas

As **especificações técnicas completas** dos materiais a serem fornecidos encontram-se detalhadas em **documento ANEXO** a este Termo de Referência, onde constam as **descrições e características mínimas obrigatórias** de cada item.

As **imagens apresentadas** têm caráter **exclusivamente ilustrativo**, destinando-se apenas à **melhor compreensão visual do objeto**, não devendo, em hipótese alguma, ser interpretadas como **indicação, preferência ou referência a marca, fabricante ou modelo específicos**, em observância aos princípios da **isonomia entre os licitantes e da impessoalidade administrativa**, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

1.2.5 Numerações dos Itens

Os itens de vestuário serão variados, sendo impossível, neste momento, descrever todos os tamanhos a serem fornecidos, pois a definição exata das medidas dependerá das informações da Secretaria Municipal de Pesca e Agricultura.

Considerando que esse cadastro poderá ocorrer de forma contínua e em diferentes períodos, os pedidos poderão ser formalizados em diversas demandas de empenho, ocasião em que a Administração informará à contratada as quantidades e numerações necessárias, observando, no mínimo, os tamanhos P, M, G e GG para as peças de vestuário e as numerações do 35 ao 45 para as botas de PVC.

1.2.6 PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME EPP

Para os itens 01,03,04,05,e 06 a participação é exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, conforme o art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Para o item 02, não há exclusividade para a ME EPP.

1.3 CLASSIFICAÇÃO DOS MATERIAIS E SERVIÇOS COMUNS

1.3.1 Materiais comuns

Os objetos desta licitação são classificados como materiais comuns, pois possuem especificações usuais de mercado e padrões de qualidade definidos em edital, conforme estabelece o inciso XIII do art. 6º da Lei Federal nº 14.133, de 2021, sendo ainda de EPIs e vestuário de proteção, com características técnicas de uso profissional.

Rubrica:

DS

1.3.2 Materiais de luxo

Os objetos desta licitação não se enquadram como materiais de luxo.

Rubrica:

MS

1.4 DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

1.4.1 Vigência da Ata

A Ata de Registro de Preços terá vigência inicial de 01 (um) ano, contada a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada uma única vez por igual período.

1.4.2 Justificativa da Prorrogação

A prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços por mais 12 (doze) meses, alcançando o limite de 2 (dois) anos previsto no art. 84 da Lei nº 14.133/2021, está justificada no Estudo Técnico Preliminar (ETP).

2. Da Justificativa, Fundamentação e do Objetivo da Contratação

2.1 Justificativa

Encontra-se detalhado no Estudo Técnico Preliminar

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1 Descrição Geral

A descrição da solução como um todo está detalhada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

4.1 Sustentabilidade

Nos termos do ETP(Estudo Técnico Preliminar)

4.2 Amostras-DISPENSA

Para garantir a celeridade do processo licitatório sem comprometer a qualidade ou a impessoalidade, **dispensa-se a apresentação de amostras física em qualquer fase do processo licitatório , inclusive após a adjudicação , limitando-se a Administração á análise documental na fase de julgamento e á verificação dos produtos somente NA ENTREGA** nos termos do art. 63, § 2º, da Lei nº 14.133/2021.

Esta medida fundamenta-se na natureza padronizada e certificada dos bens objeto desta contratação, cujas especificações técnicas são objetivamente verificáveis por meio de documentação técnica equivalente, assegurando total aderência ao edital, sem risco de favorecimento a qualquer marca específica.

Todavia, é imprescindível que a PROPOSTA contenha, de forma explícita e inequívoca, PARA TODOS OS ITENS:

- Marca, modelo e/ou referência fabril do produto oferecido **OU**
- documento que demonstre a conformidade com as especificações descritas no Anexo -Das Especificações Técnicas;
- **OU** ainda, link da página na internet onde constam as especificações do produto.

4.3 SUBCONTRATAÇÃO

4.3.1 Vedação

Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.4 DA GARANTIA DE CONTRATAÇÃO

4.4.1 DISPENSA

Não haverá exigência da garantia da contratação prevista nos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes no Estudo Técnico Preliminar.

Permanecem exigidas as **garantias de qualidade dos materiais**, incluindo a obrigação da contratada de substituir ou reparar, às suas expensas, quaisquer itens que apresentem vícios, defeitos ou desconformidade com as especificações técnicas, nos termos do Termo de Referência e da legislação aplicável.

5. MODELO DE EXECUÇÃO

5.1 Condições de Entrega

5.1.1 Prazo de Entrega

O prazo para a entrega dos materiais é de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do empenho.

5.1.2 Cronograma de Solicitações

5.1.3 Demanda / Período Eleitoral

Conforme o cadastro atualizado da Secretaria Municipal de Pesca e da Agricultura (SEMPA) do Município de Guaratuba possui 247 pescadores artesanais profissionais regularmente cadastrados no exercício de 2025. Diante do pleito federal em curso e considerando que o material trata-se de distribuição gratuita, adotamos uma postura de máxima prudência para garantir a segurança jurídica do programa "Kit Pescador Seguro" em 2026.

A Lei Municipal n.º 1.966/2023, que institui o referido programa, está em processo de retificação legislativa, com Projeto de Lei em tramitação no Poder Executivo Municipal. A proposta visa flexibilizar o requisito de comprovação da condição de pescador artesanal, admitindo o cadastro municipal expedido pela SEMPA como documento habilitador, além da atual "Licença de Pesca Artesanal" federal (art. 2º, inciso IV), conforme Parecer Jurídico n.º 167/2026 da Procuradoria Geral do Município (Processo Administrativo n.º 5707/2026).

Entretanto, em respeito ao período eleitoral e para evitar qualquer interpretação de antecipação de benefícios que possa configurar irregularidade, definimos que, para o ano de 2026, a distribuição será

Rubrica:

DS

Rubrica:

MS

limitada a **40% do total previsto na ata de registro de preços**, ou seja, **160 kits**. Esse quantitativo corresponde exatamente ao número de pescadores artesanais que foram atendidos nos anos anteriores sob a vigência da lei anterior — aqueles já cadastrados e habilitados pela SEMPA com base nos critérios vigentes até a data.

A decisão de restringir a distribuição a 160 kits em 2026, correspondentes aos historicamente atendidos, tem como fundamento:

- Evitar o risco de questionamento junto aos órgãos de controle eleitoral, uma vez que a distribuição gratuita durante o pleito exige extrema cautela.
- Assegurar que eventuais alterações na legislação municipal somente produzam efeitos plenos apenas após o pleito, vedando-se qualquer interpretação de manobra eleitoral;
- Manter a continuidade do atendimento ao público-alvo tradicional do programa, sem ampliar o universo de beneficiários antes da confirmação da nova redação legal.

Importante destacar que a previsão original de 400 unidades por item permanece técnica e juridicamente fundamentada para os anos subsequentes. Ela baseia-se nos mutirões de cadastramento realizados pela SEMPA, que identificaram um universo potencial de até 400 pescadores artesanais elegíveis — os quais o cadastro municipal reconhecerá como documento habilitador. O cadastro provisório elaborado nesse processo está anexado ao presente procedimento licitatório e sustenta a projeção de longo prazo.

Caso a retificação da Lei Municipal n.º 1.966/2023 seja aprovada ainda em 2026, comprometemo-nos a distribuir os **240 kits restantes** (60% do total) **exclusivamente a partir de 01/01/2027**. Essa medida garante:

- Total aderência aos princípios da impessoalidade e da legalidade, vedando qualquer vantagem indevida durante o período eleitoral;
- Eficiência administrativa, evitando a necessidade de um novo processo licitatório caso a mudança legislativa ocorra durante a vigência do ata .
- O pleno alcance da finalidade social do programa ocorrerá assim que o novo regramento entrar em vigor, sem interrupção no atendimento aos beneficiários.

Assim, ao limitar a distribuição de 2026 aos 160 kits correspondentes aos pescadores historicamente atendidos, preservamos a regularidade do processo licitatório, respeitamos as exigências do período

eleitoral e mantemos o compromisso com a eficiência e a continuidade do "Kit Pescador Seguro", atendendo a totalidade dos beneficiários potenciais sendo atendida apenas após a conclusão segura do pleito e a confirmação da nova redação legal.

A Secretaria Municipal da Pesca e Agricultura, **empregará todos os esforços necessários** para que as solicitações se aproximem dos quantitativos estimados para os primeiros e segundos semestres de 2026, conforme a evolução da demanda e da execução orçamentária vigentes.

5.1.4 LOCAL DE ENTREGA

Os materiais deverão ser entregues no seguinte endereço da Secretaria Municipal da Pesca e Agricultura, localizada na Rua Antônio Rocha, 480, fundos, Centro, aos cuidados do Fiscal da Ata.

5.1.5 Comunicação de atrasos

Caso não seja possível entregar na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos cinco (5) dias corridos de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.1.6 Prazo de validade

No caso de produtos com data de validade, o prazo de validade remanescente na data da entrega não poderá ser inferior a 12 (doze) meses, contados a partir do vencimento indicado pelo fabricante, sendo vedada a entrega de itens com prazo de validade inferior a 01 (um) ano.

Rubrica:

DS

5.1.7 Capacidade de Entrega

A Contratada deverá dispor de disponibilidade e capacidade para entregar o objeto no endereço indicado neste Termo de Referência, conforme as condições e as necessidades do licitante.

Rubrica:

MS

5.2 Garantia, manutenção e assistência técnica

5.2.1 OBJETIVO DA GARANTIA

A garantia será prestada com o objetivo de assegurar que os materiais fornecidos permaneçam em perfeitas condições de uso e funcionamento durante toda a vigência.

5.2.2 Prazo de Reparação

Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos materiais que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 20(vinte) dias úteis, contados a partir da data da notificação.

5.2.3 Prorrogação do prazo

O prazo indicado no subitem anterior poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante durante seu curso.

5.2.4 Retenção de valores

Caso o Contratado não realize as substituições dos itens do **Kit Pescador Seguro** no prazo estabelecido, nem apresente justificativa formal aceita pelo Contratante, poderá ser retido ou cobrado do Contratado o valor correspondente aos custos incorridos. Essa providência não implicará a perda da garantia concedida originalmente pelo Contratado sobre os materiais.

5.2.5 Despesas de Transporte

Todas as despesas relativas ao transporte, retirada, substituição e devolução dos itens do **Kit Pescador Seguro**, cobertos pela garantia, são integralmente de responsabilidade do Contratado, não cabendo qualquer ônus ao Contratante.

5.2.6 Vigência da Garantia

A garantia legal do objeto possui prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no ata permitindo a aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo após expirada a vigência contratual expirada.

5.3 Obrigações da Contratada

5.3.1 Relação de Obrigações

São obrigações da Contratada:

1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme as especificações, prazo e local constantes no edital e seus anexos, acompanhado da nota fiscal com indicação da marca, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, além do manual do usuário em versão portuguesa e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando cabível.
2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, conforme o Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078/1990).
3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas e no prazo fixado no termo de referência, o objeto que apresentar avarias ou defeitos.

Rubrica:

DS

Rubrica:

MS

4. Comunicar ao Contratante, com antecedência máxima de 24 (vinte e quatro) horas antes da data de entrega, os motivos que impeçam o cumprimento do prazo previsto, acompanhados de comprovação adequada.
5. Indicar preposto para representá-lo durante a execução da ata e também manter comunicação com a Administração para a gestão da ata.
6. Manter, durante toda a vigência da ata e em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
7. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento da ata.
8. Arcar com o ônus decorrente de eventual erro no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando houver alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração; retardamento na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento; interrupção da execução da ata ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração; ou aumento das quantidades inicialmente previstas da ata, nos limites permitidos pela Lei Federal 14.133, de 2021.
9. Caberá à Secretaria Municipal de Pesca e Agricultura orientar os pescadores, em linguagem acessível, sobre a destinação adequada dos EPIs e indicar locais de entrega, reforçando que EPIs danificados ou inservíveis não devem ser descartados em corpos d'água, manguezais, praias, áreas de marinha, terrenos baldios, vias públicas ou áreas ambientalmente sensíveis. Deve ser adotada destinação ambientalmente adequada, em consonância com a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Rubrica:

MS

Rubrica:

MS

5.4 Sanções administrativas

5.4.1 Disposição Geral

O licitante e o contratado que incorrerem em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, sem prejuízo das implicações penais previstas no capítulo II-B do título XI do Código Penal.

6. DA FISCALIZAÇÃO

6.1 Fiscal da Ata

O fiscal da ata de registro de preço será Silvia Maciel Moraes, conforme portaria de nomeação 15965/2023.

6.2 Atribuições do Fiscal

O fiscal terá as seguintes atribuições:

1. Prestar apoio técnico e operacional ao gestor da ata realizando tarefas relativas ao controle dos prazos, à formalização de apostilamentos e de termos aditivos, ao acompanhamento do empenho, do pagamento, das garantias e das glosas.
2. Anotar no histórico de gerenciamento da ata todas as ocorrências relacionadas à execução do com a descrição necessária para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
3. Emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada, definindo prazo para correção.
4. Demais funções previstas na regulamentação municipal.

6.3 GESTOR DA CONTRATAÇÃO

6.3.1 Gestor da Ata

O gestor da ata de registro de preços será Dagoberto da Silva, conforme portaria de nomeação.

6.3.2 Atribuições do gestor

O gestor terá as seguintes atribuições:

1. Coordenar as atividades relacionadas à fiscalização.
2. Acompanhar os registros feitos pelos fiscais da ata sobre as ocorrências relacionadas à execução e às medidas adotadas, informando à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência.
3. Demais funções previstas na regulamentação municipal

Rubrica:

DS

Rubrica:

MS

7. Critério de Medição e Pagamento

7.1 DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO

7.1.1 Prazo e responsável

Os materiais serão recebidos provisoriamente no prazo de um (01) dia útil pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização da ata, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

7.2 Do Recebimento Definitivo

7.2.1 Prazo e verificação

O recebimento definitivo dos materiais ocorrerá no prazo máximo de **cinco (5) dias corridos** após o recebimento provisório, mediante **verificação quantitativa e qualitativa** realizada pelo servidor responsável pela fiscalização da ata, conforme o art. 140 da Lei nº 14.133/2021.

7.2.2 Justificativa Técnica

Considerando que o objeto do presente Termo de Referência é o fornecimento de **Kits de Pescador**, compostos por diversos itens e componentes que exigem **verificação minuciosa e individualizada**, justifica-se a fixação de prazo adicional de **cinco (5) dias corridos** para o recebimento definitivo. Tal medida visa assegurar a **conferência detalhada do quantitativo e da qualidade dos materiais** entregues, garantindo a conformidade com o previsto na contratação e evitando prejuízos ao erário municipal.

7.2.3 Rejeição e Substituição

Os materiais poderão ser rejeitados total ou parcialmente quando estiverem em desacordo com as especificações deste Termo de Referência e da proposta, devendo ser substituídos no prazo de 20 (vinte) dias, contados da notificação ao Contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.2.4 RESPONSABILIDADE

O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade do contratado pelos prejuízos decorrentes da execução incorreta da ata.

Rubrica:

DS

7.3 LIQUIDAÇÃO

7.3.1 Emissão de Notas Fiscais

As notas fiscais devem ser emitidas em nome do Município de Guaratuba, CNPJ nº 76.017.474/0001-08, com endereço na Rua Doutor João Cândido, nº 380, incluindo o número da licitação, lote/item e validação dos produtos para fins de rastreabilidade em estoque.

Rubrica:

MS

7.3.2 Prazo de Liquidação

Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, inicia-se o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débito, observadas as disposições do Termo de Referência, nesta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do Decreto Regulamentador.

7.3.3 Requisitos para liquidação

Nenhuma liquidação será efetuada sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto persistirem irregularidades constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos materiais ou no cumprimento das obrigações contratuais.

7.3.4 Retenção de Pagamento

A retenção do pagamento pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspende a contagem do prazo para a Administração, não configurando mora nem gerando compensação financeira.

7.3.5 Desconto de Multas

Decorrido o prazo para pagamento da multa, caso esta não tenha sido quitada, os valores serão descontados da nota fiscal apresentada.

7.4 Forma de Pagamento

7.4.1 Prazo de Pagamento

O pagamento de cada fatura deverá ser realizado no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados a partir da data da liquidação.

7.4.2 Compensação por atraso

Nos casos de atrasos eventuais no pagamento, desde que a Contratada não tenha contribuído para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, será calculada mediante a aplicação do índice de correção monetária IGP-M (Índice Geral de Preços -- Mercado), ou de outro que vier a substituí-lo.

Rubrica:

DS

Rubrica:

MS

7.4.3 Retenção de Imposto de Renda

A **Contratante** realizará as retenções do imposto de renda na fonte sobre todos os rendimentos pagos pelo município a qualquer título pelo município, nos termos da Instrução Normativa nº 1234/2012 da Receita Federal, que consolida o entendimento acerca da amplitude e dos efeitos do inciso I do artigo 58 da Constituição Federal de 1988.

7.4.4 Alíquota de Retenção

Será aplicada a alíquota para retenção, conforme prevista na IN RFB nº 1.234/2012 e suas atualizações posteriores, editada nos termos do artigo 64 da Lei Federal nº 9.430/96, aplicada por extensão aos pagamentos realizados por esta Municipalidade.

7.4.5 INFORMAÇÕES NOS DOCUMENTOS FISCAIS

As hipóteses de retenção do IR na fonte e as deduções na base de cálculo devem ser informadas nos documentos fiscais, assim como as hipóteses de dispensa de retenção, conforme a IN RFB nº 1.234/2012.

7.4.6 Momento da retenção

As retenções serão realizadas no momento do pagamento dos valores decorrentes da prestação dos serviços ou do fornecimento dos materiais contratados, uma vez atestados e liquidados, mediante recolhimento aos cofres municipais, nos termos do inciso I do artigo 158 da Constituição Federal de 1988.

8. Critérios de Seleção do Fornecedor

8.1 Forma de Seleção e Critérios de Julgamento da Proposta

8.1.1 Modalidade e Critério

O fornecedor será selecionado por meio da realização do procedimento de licitação, na modalidade pregão eletrônico, adotando o critério de julgamento pelo menor preço por item.

8.1.2 MODO DE DISPUTA

O modo de disputa será aberto.

8.1.3 Validade da Proposta

O prazo mínimo de validade da proposta é de 60 (sessenta) dias.

8.2 Forma de fornecimento

O fornecimento do objeto será parcelado; consulte o modelo de execução.

8.3 Exigência de Habilitação

8.3.1 Habilitação Jurídica e Regularidade Fiscal

As exigências de habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista são as usuais contidas no edital.

8.3.2 Qualificação Técnica

Para a presente licitação, visando à aquisição DOS ITENS DO KIT PESCADOR produtos padronizados de revenda com registro industrial, não será exigida qualificação técnica, uma vez que o objeto não envolve execução de atividade que demande comprovação de capacidade técnica especializada, restando suficientes os requisitos de habilitação jurídica e econômico-financeira.

9. Estimativa de Preço

9.1 Custo

Rubrica:

DS

Rubrica:

MS

O custo estimado total da contratação, correspondente ao valor máximo aceitável, é de R\$ R\$ 207.324,00 (duzentos e sete mil trezentos e vinte e quatro reais), conforme os custos unitários apostos na tabela contida no item 1.2 acima.

9.2 Da Revisão

9.2.1 Hipóteses de revisão

Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser revisados e alterados em decorrência de eventual redução dos valores praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos materiais, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

1. Em caso de força maior, caso fortuito, fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis, cujas consequências sejam incalculáveis e inviabilizem a execução da ata conforme pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021
2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos, encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.
3. Serão reajustados os preços registrados, respeitando a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação.
4. Poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme os critérios definidos para a contratação.

Rubrica:

DS

9.2.2 Autorização e Publicidade

A revisão e a alteração dos preços dependem de autorização da autoridade competente, cabendo ao órgão responsável promover as respectivas modificações, compor novo quadro de preços registrados e disponibilizá-los publicamente no site oficial.

Rubrica:

MS

9.2.3 Índice e termo inicial

A atualização dos preços será feita a partir da aplicação do IGP-M, tendo como termo inicial a assinatura da ata de registro de preços, desde que tenha decorrido 1 (um) ano desse marco temporal. Para as atualizações subsequentes à primeira, se houver, o termo inicial é contado a partir do término do prazo inicial que motivou a primeira atualização.

9.2.4 Prazo para pedido

O reajuste dos preços depende de pedido ao fornecedor do item registrado, que deve ser protocolado até trinta dias antes do fim do período acima enunciado. O transcurso desse período sem o requerimento do fornecedor implica preclusão.

9.3 DO REAJUSTE

9.3.1 Prazo inicial

Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis pelo prazo de um ano contado a partir da data da assinatura da ata.

9.3.2 Aplicação do Índice

Após o interregno de um ano e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados mediante a aplicação, pelo Contratante, mediante a aplicação do índice IGP-M, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

9.3.3 Reajustes Subsequentes

Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do reajuste anterior.

9.3.4 Atraso na divulgação do índice

Em caso de atraso ou omissão na divulgação do índice de reajuste, o Contratante pagará ao Contratado o valor calculado pela última variação conhecida, quitando a diferença correspondente assim que o índice definitivo for divulgado.

Rubrica:

DS

9.3.6 Extinção do Índice

Caso o índice estabelecido para reajustamento seja extinto ou, de qualquer forma, não possa mais ser utilizado, adotar-se-á, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação vigente.

Rubrica:

MS

9.3.7 Ausência de Previsão Legal

Na ausência de previsão legal sobre o índice substituto, as partes elegerão um novo índice oficial para o reajuste do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

9.3.8 FORMALIZAÇÃO

O reajuste será realizado por apostilamento.

10. Dotação Orçamentária

10.1 Recursos Orçamentários

As despesas decorrentes desta contratação correrão por conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município para este exercício, na dotação discriminada a seguir:

- **737 10.001.20.089.0011.2.027.3.3.90.30.00.00 — Gestão de Políticas para o Desenvolvimento, Mais Pesca e Sustentabilidade — Material de Consumo — Fonte 1000**
- **789 10.002.20.004.0011.2.043.3.3.90.30.00.00 – Gestão de emendas parlamentares para a pesca e agricultura – material de consumo – fonte 1000**

11. APÊNDICE DO ANEXO I - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

O servidor que subscreve este Termo de Referência atesta ter observado integralmente a regulamentação estabelecida pelo decreto regulamentador e as orientações constantes da minuta padronizada aprovada.

12. Demais anexos

12.1 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS COMPLETAS- PARA ENTREGA

12.2 Imagens ilustrativas

Assinado por:
Dagoberto da Silva
11/05/2026 - 08:26
BRQGE0G9TSG01T2QM63E6W

Maricel de Souza
Agente Demandante - SEMPA

Portaria 15.965/2026

Rubrica:

DS

Assinado por:
Maricel Souza
11/05/2026 - 08:23
PXFFPOWMRCSPMBB3KHESA

Dagoberto da Silva
Secretário Municipal de Pesca e da Agricultura

Decreto n.º 26.236/2025

Rubrica:

MS